



ORGANIZADOR

Luís Fernando de Oliveira Saraiva

# Assistência social e psicologia

*(Des)encontros possíveis*

Blucher

PSICOLOGIA

# ASSISTÊNCIA SOCIAL E PSICOLOGIA

*(Des)encontros possíveis*

Organizador

Luís Fernando de Oliveira Saraiva

*Assistência social e psicologia: (des)encontros possíveis*  
© 2017 Luís Fernando de Oliveira Saraiva (organizador)  
Editora Edgard Blücher Ltda.

Imagem da capa: iStockphoto

---

# Blucher

---

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar  
04531-934 – São Paulo – SP – Brasil  
Tel.: 55 11 3078-5366  
contato@blucher.com.br  
www.blucher.com.br

Segundo Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed.  
do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*,  
Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer  
meios sem autorização escrita da editora.

---

Todos os direitos reservados pela Editora  
Edgard Blücher Ltda.

DADOS INTERNACIONAIS DE  
CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

---

Assistência social e psicologia : (des)encontros  
possíveis / organização de Luís Fernando de Oliveira  
Saraiva. – São Paulo : Blucher, 2017.

200 p.

Bibliografia  
ISBN 978-85-212-1166-2

1. Assistência social 2. Psicologia I. Saraiva,  
Luís Fernando de Oliveira.

17-0063

CDD 361

---

Índice para catálogo sistemático:  
1. Assistência social: Psicologia

# Conteúdo

Apresentação	7
1. De (algumas) linhas de composição dos dispositivos de assistência social no Brasil com a psicologia: disputa pelo público <i>Iacã Machado Macerata</i>	15
2. “Essa gente”: a produção de famílias perigosas na assistência social <i>Luís Fernando de Oliveira Saraiva</i>	39
3. De como o que é sólido se desmanchou no ar: do ressurgir ao ruir do território nas práticas socioassistenciais <i>Márcio Dionizio Inácio</i>	59
4. “Batalha de mulheres”: aspectos do mundo do trabalho no cotidiano de um Cras <i>Beatriz Ferraz Diniz</i>	85
5. O Cras e o atendimento a queixas escolares: descumprimento da condicionalidade da educação? <i>Luís Fernando de Oliveira Saraiva</i>	113

6. Psicologia no Creas: por práticas que promovam novos encontros e direitos 127  
*Jean Fernando dos Santos*
7. Do acolhimento institucional à Terra do Nunca 149  
*Dailza Pineda*
8. Abrigo e cidadania: em busca da potência da precariedade 167  
*Mariana Peres Stucchi*

# 1. De (algumas) linhas de composição dos dispositivos de assistência social no Brasil com a psicologia: disputa pelo público

*Iacã Machado Macerata*<sup>1</sup>

## *Introdução*

Por mais de dez anos, venho atuando no campo das políticas sociais do Estado para a chamada população em situação de rua. Seja diretamente, como psicólogo de um serviço da política de assistência social, seja como gestor na saúde, seja como pesquisador, uma série de inquietações que vieram se transformando sempre me acompanharam. A cada momento, em cada localização diferente, elas ganharam diferentes expressões: quando atendemos os usuários na assistência, a serviço de que estamos trabalhando? O que fazemos funcionar com nossos conhecimentos técnicos, que práticas políticas, que ética estamos operando? Qual o problema colocado ao atendimento das chamadas populações em vulnerabilidade? Quem coloca esse problema? Que práticas (re)produzimos ao pretendermos cuidar de determinado grupo de pessoas por meio de serviços do Estado? Das práticas profissionais e das políticas sociais que conheci, sempre me inquietou especialmente a prática do psicólogo e o campo da política de assistência social no Brasil.

---

<sup>1</sup> Psicólogo, mestre e doutor em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), trabalhador de políticas de saúde e assistência social para a rua, professor de Práticas Institucionais e Políticas Públicas na Faculdade de Psicologia do Polo Universitário Rio das Ostras da UFF (imacerata@id.uff.br).

Durante dois anos, trabalhei e pesquisei um serviço de abordagem de rua da Prefeitura Municipal de Porto Alegre destinado ao atendimento de jovens em situação de rua. Tal serviço tinha como objetivo a “proteção”, a “garantia de direitos”, a “construção de um projeto de vida” para os jovens e suas famílias, que visava a atender. Parte da política de assistência social e da rede de proteção à infância e à juventude, o serviço colocava-se como diretriz o não recolhimento desses jovens da rua, visando a trabalhar seu retorno para casa ou para um espaço alternativo, pela via do “convencimento”, pela “produção de alternativas” ao viver na rua.

No cotidiano desse trabalho, uma contradição parecia se impor entre os objetivos de proteção e a maneira de colocá-los em funcionamento, criando um vácuo entre a ação preconizada no serviço e a realidade vivida na rua. Parecia que a assistência social não tinha condições de fazer valer suas premissas manifestas perante aquela realidade: fazer valer e efetivar direitos. Parecia que, para efetivar a totalidade e a integralidade dos direitos conquistados em leis, era necessário interferir em um âmbito muito maior do que o alcance da assistência social: a sociedade e seu funcionamento. A prática do psicólogo, como era predominantemente ensinada na graduação, tampouco parecia contribuir: toda uma formação voltada para análises e intervenções restritas a dinâmicas pessoais e familiares que pareciam menos causa e mais efeito dos diversos problemas enfrentados por aqueles jovens e suas famílias. Como intervir em problemas “sociais” muito profundos, se nosso campo de ação era a relação direta com essas pessoas, e uma parca capacidade de acionar redes de políticas públicas? O que seria construir um projeto de vida para aquelas pessoas? “Projeto de vida” de quem e para quem, efetivamente? Não estaríamos, ao atuar somente com essas pessoas, de alguma forma, colocando o problema unicamente sobre os indivíduos que vivem esses problemas de miséria extrema? Não estaríamos atuando unicamente no produto (a miséria) de um processo de produção (a dinâmica social do mundo moderno), e nunca nesse processo?

Perante situações de extrema miséria, de desagregação social, por vezes, as práticas da psicologia na assistência social e da própria assistência pareciam ter a tarefa de salvar, de levar sociedade onde não haveria: como uma prática civilizatória. Mas essa parece ser uma falsa maneira de

entender o problema. Problema que diz respeito à miséria e sua produção na sociedade moderna.

Ao longo do percurso de pesquisa e atuação, fomos entendendo que, quando a sociedade investe sobre as populações marginais, há um encontro dessa sociedade consigo mesma, na medida em que essas populações são produzidas na própria dinâmica social. Entretanto, a maneira como se opera a assistência parece insinuar o contrário. O trabalho com a noção de inclusão social parece dizer que essas pessoas não estariam fazendo parte da sociedade. Mas é evidente que elas não só fazem parte como têm um lugar fundamental ao nosso funcionamento social. Contudo, ainda podemos entender o sentido da inclusão, se observarmos certos riscos no uso dessa noção. De todo modo, podemos dizer que a política de assistência social atualmente é o campo por excelência do trabalho sobre aqueles que estariam excluídos, ou que certamente têm um lugar certo na sociedade: a margem.

Aqui, tratamos de localizar a assistência social como componente das políticas sociais da sociedade moderna. Por meio desse primeiro pressuposto, vamos tentar entender a política de assistência social como uma expressão das políticas sociais que advêm de um campo de teorias e práticas que se desenvolve na modernidade: o campo do social. É por um viés focaultiano, e de autores como Donzelot (1980) e Castel (1998), que vamos entender o campo do social como um campo de intervenção da sociedade sobre sua parcela pobre ou miserável. Estas perspectivas e pensamentos mostraram que, ao entender o surgimento e a função desse campo em nossa sociedade, bem como sua linha de continuidade, que o faz compor uma política de assistência social, a simplicidade do trabalho com os “excluídos” se desmonta rapidamente. A assistência social toca como em uma ferida narcísica que imediatamente coloca em questão a própria dinâmica social: a incessante e fundamental produção de miséria e morte própria de nosso modo de dispor o nosso viver em sociedade.

A partir do trabalho de Rosane Neves da Silva (2005), entre outros autores, vamos questionar a relação da psicologia com esse campo do social. A psicologia, como um saber com viés terapêutico, inclui mais um ingrediente a essa solução: hegemonicamente, ela reifica o problema da produção de vulnerabilidade social como problemas privados, individuais ou familiares. Se não discursivamente, ao menos na maneira de apresentar e lidar com o problema: por seus



relatórios, análises e modos de intervir. Mas isso também não é um acaso. Diz respeito à própria maneira como a psicologia constituiu e foi constituída na modernidade. Há uma relação intrínseca e certamente problemática entre políticas sociais (como é a assistência social) e a psicologia, que diz respeito às linhas de formação institucionais dos dispositivos desses campos. Problema que envolve as práticas em políticas de Estado e as ciências humanas na modernidade, e que certamente desmonta a obviedade da função e o objetivo dessas práticas.

Porém, se pudemos e fomos obrigados a questionar nossas práticas, e se já não poderíamos assumir tão diretamente os objetivos e ditames manifestos nas práticas discursivas desse campo (psicologia na assistência), por outro lado, nos defrontávamos com mais elementos do que essa parte histórica (e atual) desse campo. Nossa inquietação não parou por aí. Pela realidade concreta das pessoas das quais deveríamos e queríamos cuidar, por nossa vivência em meio a essa realidade e pela permanência de nosso interesse, pudemos entender que mais elementos estão presentes aí. Por um lado, quisemos tratar de mostrar análises de sedimentos, vestígios nada sutis de uma história do campo do social na sua relação com a psicologia. Todo um pensamento crítico, que nasce na Europa e que reverbera fortemente no Brasil. Por outro lado, além desses, foi necessário que incluíssemos mais elementos na complexa trama da assistência social brasileira: a evidente situação crítica vivida por essas pessoas e uma intuição de que era importante insistir nessas práticas, também nos mostra que não somente da história das políticas sociais e da psicologia na sociedade moderna era feito nosso campo.

No nosso encontro com o campo, pudemos identificar outras linhas que o compõem, com sentidos totalmente diferentes do sentido hegemônico que identificamos. Sobretudo, outras linhas que compõem a assistência social brasileira, como afirmação de uma política pública, bem como modulações na própria psicologia no Brasil. E essas linhas que divergem são marcas de um período recente na história do Brasil: as décadas de 1970 e de 1980 – décadas de luta contra o autoritarismo de Estado, e busca de uma mudança de sentido da atuação do Estado brasileiro e da psicologia. Nosso objetivo é destacar duas linhas de composição dos dispositivos e das práticas psi no seu encontro com a política de assistência social no Brasil. Uma análise crítica para nos

situarmos e também podermos afirmar uma certa atuação possível nas políticas de assistência social, tornando-a inseparável de uma atribuição política, ou seja, de ação de pequenas transformações em nossos modos de viver juntos.

## *Política social e psicologia na sociedade moderna*

A assistência social é parte das políticas sociais que abrangem também políticas de saúde, de educação etc. A política social é uma invenção muito recente em nossas sociedades. Ela nasce junto com a deflagração da sociedade moderna e vem a ser, na prática, um conjunto de políticas que intervêm, especialmente, sobre grupos populacionais considerados pobres ou miseráveis, aqueles que passaram a ser considerados em situação de vulnerabilidade social. Como veremos, a política social, como ações de governo, geralmente ordenadas e, muitas vezes, executadas pelo Estado, direta ou indiretamente, são inseparáveis de outros adventos que justamente determinam a modernidade: o Estado democrático de direito, o capitalismo, as ciências humanas.

No mundo medieval, a miséria era santificada, já que suscitava a caridade cristã e oferecia ao cristão a possibilidade de salvação. Com a Reforma Protestante, a pobreza passa a ser considerada uma maldição divina (FRAYSE-PEREIRA, 1983). A tarefa da sociedade, a partir da Reforma, é suprimir a miséria, sendo que as cidades e os Estados deverão encarregar-se dos deveres da assistência, anteriormente feitas unicamente pela Igreja. Em uma nova sociedade em que a riqueza é dádiva divina, a miséria passa a ser um obstáculo à ordem e uma falta contra o Estado. Por isso, deve ser perseguida e reprimida. Em um momento pré-moderno, a prática de internamento figura como a medida para lidar com todos aqueles que infligiam a ordem social que, na realidade, em sua maioria, dizia respeito àqueles que de alguma maneira não trabalhavam. O internamento tinha a função única de limpeza da cidade: loucos, vagabundos, libertinos, alquimistas. Quando se criou o hospital geral, já no início do que podíamos chamar de era moderna (em meados do século XVIII) o que se pretendia era suprimir a mendicância, a ociosidade como fonte das desordens. A prática de internamento não tinha inicialmente sentido terapêutico, nem visava à cura. Era um problema de polícia, em que polícia dizia respeito a todo um modo de ordenar o viver em sociedade e

que, no século XVIII, consistia em um conjunto de medidas que tornam o trabalho, ao mesmo tempo, possível e necessário para todos aqueles que não poderiam viver sem ele (FRAYSE-PEREIRA, 1983).

A partir da segunda metade do século XVIII, as grandes instituições asilares ampliarão sua função. O internamento não apenas terá o sentido de segregação física, mas se constituirá também como um laboratório, no qual os internos passarão a ser diferenciados e categorizados. Constituir-se-ão como objeto de produção de saberes e de intervenções por parte das ciências e da sociedade por meio do Estado: a loucura será objeto da psiquiatria, os corpos doentes e deformados, da medicina. Na prática, todos os pobres passarão a ser objeto do que vamos chamar doravante de campo do social.

O social, como falamos, é um termo que surge para denominar um campo de intervenção do Estado moderno sobre a camada pobre ou miserável do corpo social. Ele começa a ser desenhado no final do século XVIII e ganha contornos definidos no início do século XIX. Esse é o período em que ocorre o êxodo rural, no qual as populações vão se concentrar nos grandes centros urbanos, nos quais começa a surgir a própria noção de população: um recorte que categoriza os grupos de pessoas em características comuns, categorias que constituem um objeto de intervenção: população de famílias, de tuberculosos, de doentes etc. População vem a ser um conceito operador que constitui objetos de intervenção para além do corpo individual.

O surgimento da categoria de população diz respeito ao que Foucault (1984) chama biopolítica na história do problema da governamentalidade<sup>2</sup> – teorias e técnicas de gestão da sociedade que vão se modificando ao longo da história, como veremos a seguir. Por ora, é importante definir que o campo do social se constituirá como um campo de intervenção da sociedade, por meio dos equipamentos de Estado e das teorias e técnicas da ciência sobre aqueles que, de alguma forma, “sobram”, excedem, aqueles que se

2 A partir de Foucault (1984) podemos entender, *grosso modo*, a governamentalidade como um modo de conceber, gerir e produzir a realidade. Podemos entendê-la como uma mentalidade que concebe, organiza e produz a realidade nas sociedades ocidentais. A governamentalidade não se restringe aos pensamentos e ações do governo de um Estado, nem mesmo a uma equipe de governo, seja de uma instituição pública ou privada. O termo governo é mais abrangente e diz respeito, simultaneamente, a uma macropolítica e a uma micropolítica.

constituem como um problema para o novo modo de organização social: a sociedade moderna.

A sociedade moderna se caracteriza por duas ordens estruturantes que, de uma certa forma, estariam em contradição: (i) uma ordem jurídico-política fundada na igual soberania de todos perante a sociedade, o Estado Democrático de Direito; (ii) uma ordem econômica que precisa da desigualdade para funcionar, o Capitalismo (SILVA, 2005). Igualdade e desigualdade vão funcionar de modo a estabelecer, como na frase célebre de George Orwell, “todos iguais, mas uns mais iguais que outros”. De modo que haverá um hiato, um espaço de resto, um excedente na maquinaria moderna: todos têm os mesmos direitos, mas a ordem econômica nascente não somente não acabou com a pobreza, mas a intensificou, e precisa, para seu próprio bom funcionamento, de uma produção incessante de miséria e desfiliação social (CASTEL, 1998). Hiato ou ponto de contradição, ponto esquizofrênico que, se não enfrentado, coloca mais do que nunca em risco a nova ordem social: os reis já haviam perdido sua cabeça e a inconformidade do povo por meio dos fenômenos das massas representava um perigo real. O ponto de desencontro entre a ordem jurídico-política e a ordem econômica não cessará de gerar massas populacionais pobres e miseráveis, que residem nesse espaço de contradição. Contradição, como veremos, que, em vez de inviabilizar o funcionamento social, será, sobretudo, seu motor.

O campo do social vai se apropriar das práticas caridade<sup>3</sup> e profissionalizá-las em uma mutação para a filantropia,<sup>4</sup> por meio de um aparato jurídico e científico, pelo que podemos chamar de dispositivos de “integração social” e de práticas de formação de população. Formação que será destinada às franjas

3 Ajudas pontuais e dispersas, dons que mantinham a dependência dos pobres em relação a seus “benfeitores” (DONZELOT, 1980; LOBO, 2008). A caridade ainda era uma prática privada que só poderia atuar em uma “miséria extremada, com a visão de um sofrimento espetacular, a fim de receber em troca, através do consolo imediato que fornece, o engrandecimento do doador” (DONZELOT, 1980, p. 63). As práticas caridosas eram executadas dispersamente pela Igreja, por membros ilustres da sociedade e pelo Estado, por meio das grandes instituições asilares.

4 Transformação das práticas de caridade que se unem com saberes que abrangiam textos e tratados médicos e práticas de administração pública. A filantropia surge ocupando o espaço deixado pelas práticas caridosas, que já caducavam, constituindo a institucionalização, a profissionalização e a generalização dessas práticas. Ela se alia tanto aos saberes e práticas jurídicas quanto científicas, mantendo o mote da caridade (DONZELOT, 1980; LOBO, 2008).

mais “dessocializadas” da sociedade, a fim de amenizar conflitos e dissociá-los de qualquer atribuição diretamente política (CASTEL, 1998; DONZELOT, 1980).

Passagens, modulações, continuidades e descontinuidades marcam a história das intervenções sobre a pobreza: das práticas de caridade se vai à filantropia, que se intensifica, se profissionaliza, ganha estatuto científico. Nessa institucionalização, essas intervenções vão sendo apropriadas pelos Estados, fornecendo bases de formação de políticas sociais tal como conhecemos na modernidade. O caráter religioso, oriundo das passagens da caridade à filantropia fica na sombra, como um rio subterrâneo que corre silenciosamente, mas que, de uma forma ou de outra, continua a nutrir o solo. O que está na luz agora é a técnica, a racionalidade, o estatuto legal e científico das práticas em políticas sociais.

Neste movimento, como mostra muito bem Donzelot (1980), a família vai se transformando em objeto de intervenção, como célula de regulação e formação dos indivíduos na sociedade. A família pobre passa a ganhar a poupança (bolsas, auxílios) e a ser regulada pelos saberes médicos como estratégia de contenção e prevenção dos indesejáveis, sendo entendida como o espaço onde aqueles que são o entrave para a ordem político-econômica, são produzidos e onde podem ser contidos. De modo que se buscará regular e produzir as relações intrafamiliares em certos sentidos, por meio de intervenções de regulação moral, sustentadas em tratados sobre doenças, desvios, perversões. Sentidos que direcionam, sobretudo, um silenciamento, uma manutenção de um certo estado de coisas, e que se concretizam em um controle, uma normalização dos modos de ser e de estar dessas pessoas, consideradas degeneradas ou em potencial degeneração. Intervenções diretas na maneira de produzir os hábitos de higiene pessoais, coletivos, psíquicos; de regular e moldar as relações intrafamiliares, relações com o trabalho, com o lazer etc.

A política social, como constituída em meio a uma sociedade que se sustenta, ao mesmo tempo, em uma ordenação econômica capitalista e uma ordenação jurídico-política de Estado Democrático de Direito, tem como efeito a criação de um campo do social como modo de fazer a articulação entre duas ordens aparentemente contraditórias. O que temos então é a colocação do problema do pauperismo na própria localização em que ele se apresenta: os indivíduos e as populações miseráveis. O campo do social que visa lidar com os efeitos da produção de miséria não vai atuar em suas causas mais abrangentes.

Para Foucault (2008), a política social que surge não é uma contraposição à política econômica, mas está em sintonia com ela: o campo do social preenche o hiato, permitindo assim que a política econômica se desenvolva. Por meio da garantia de mínimos sociais,<sup>5</sup> a política social na sociedade moderna vai operar uma privatização da responsabilidade pelos riscos sociais. Nela, o Estado é utilizado como meio de divulgação de certo número de preceitos de comportamentos, transformando a questão do direito político em questão de moralidade econômica (DONZELOT, 1980): para se efetivar o direito é preciso seguir certas normas voltadas sobretudo à boa organização econômica. A saída para o problema do risco da cisão social que a miséria coloca não será somente a repressão direta – papel da polícia militarizada – nem o descaso total – papel que cumpre o cidadão de bem –, mas o ensino de virtudes, a formação da população. Aliando objetivos sanitários, educativos, métodos de vigilância econômica e moral por meio de uma vigilância e (re)educação contínua da família.

O campo do social só pode nascer em um contexto do que Foucault (1984, 2005, 2008) chama de uma governamentalidade biopolítica: modo de governo que articula, ao mesmo tempo, uma disciplinarização dos corpos individuais e um controle da vida biológica das populações. Nesse modo de gerir a vida individual e coletiva, o foco não é somente cada indivíduo, como no período dos grandes asilos, agora é também algo anterior ao indivíduo e, ao mesmo tempo, abrangente a todos: a vida e seus processos – nascimento, morte, relações familiares e amorosas, sexuais, laborais etc. É o início de uma objetivação do homem como espécie, como ser vivo, por meio de técnicas, leis e saberes que se ocuparão da vida impessoal, do homem como categoria que atravessa todos os seres humanos e suas condições. A noção de *população* começa a ser utilizada como forma de governar uma massa de pessoas e como forma de otimizar ao máximo as forças vivas da cidade. O governo incide por meio da regulação das relações entre as pessoas e as famílias, das relações do indivíduo consigo mesmo, com a sociedade, com o mundo. É importante destacar que o termo governo não se restringe aos governantes do Estado. Este é apenas um instrumento desse modo de governo que se espalha por todo tecido social, que é, ao mesmo tempo, produto e produtor das dinâmicas sociais.

5 Bolsas, auxílios, educação, atendimento médico, ou seja, elementos que são considerados condições mínimas para se viver na sociedade.

De modo que o que podemos chamar de biopoder que anima esse modo de governo bipopolítico tem um caráter categorizante, regulativo, preventivo e corretivo: regulação das relações entre as pessoas e as famílias, das relações do indivíduo para consigo mesmo, com a sociedade, com o mundo. Operatória de regulação se dá pela noção de *norma* (FOUCAULT, 2005): regra de modulação variável, diferente da lei, que seria uma regra invariante (FOUCAULT, 1990). A partir da norma, são operadas normalizações e intervenções de adequação a ela, nos diversos modos e facetas da vida: “um poder que qualifica, mede, avalia, hierarquiza, opera distribuições em torno da norma” (FOUCAULT, 1990, p. 135). A *norma* vai permitir, a um só tempo, o controle da ordem disciplinar do corpo e dos acontecimentos aleatórios da multiplicidade biológica, alcançando a multiplicidade das formas de vida por meio de categorizações das quais nada e nem ninguém escapa.

A biopolítica, como modo de governo, é concomitante e correlata à constituição de diversos saberes e discursos sobre a formação dos sujeitos: as Ciências Humanas e Sociais. Os saberes dos homens que tomam como objeto o próprio homem. Para nosso interesse neste texto, cabe pensar a psicologia especificamente.

A tese de Rosane Neves da Silva (2005) é de que a problematização do social, que dá origem ao *campo do social*, é condição de possibilidade para a consolidação da psicologia moderna. É a partir dessa problematização que indivíduo e sociedade serão divididos, separados, cindidos. Como duas dimensões da realidade separadas, individual e social ganharão teorias, técnicas e campos de intervenção diferentes e antagônicos. A subjetividade passa a ser uma instância privada, encarnada na ideia de indivíduo; e o social, a interação entre os indivíduos e os grupos na sociedade, torna-se uma estrutura homogênea, à qual todos estariam submetidos. Para que a psicologia emergisse como a ciência que se ocupa do indivíduo, foi preciso criar um domínio específico de saberes e práticas que produzissem uma objetivação do social, correlata a uma objetivação do indivíduo (SILVA, 2005). Sob esse paradigma, o que diz respeito ao subjetivo situa-se no âmbito individual, familiar, privado, e o que diz respeito ao coletivo é tomado como sinônimo das interações grupais e individuais, encarnado na ideia de “social”.

A noção e o uso dos termos social e individual são compreendidos a partir de duas crenças mutuamente implicadas, próprias do modo de ver científico:

a primeira, consiste em crer na existência de uma realidade que é completamente independente de nosso modo de acesso a ela; a segunda, parte da crença de que há algum tipo de acesso privilegiado que nos conduziria, graças a uma busca constante de objetividade, à realidade, como ela verdadeiramente existiria (SILVA, 2005). Temos aí sempre a necessidade de um especialista que guie nosso acesso ao que efetivamente seria a subjetividade e o social, como objetos ou coisas separadas e autodeterminadas.

A introdução da ideia de uma subjetividade privatizada cumpre uma função fundamental para um biopoder nascente, “reforçando a dicotomia indivíduo/social e contribuindo para um processo de individualização do social, ou seja, para a homogeneização dos modos de produção de sentido que atravessam a multiplicidade do campo social” (SILVA, 2005, p. 45). Temos, como efeito correlato, uma homogeneização do coletivo, tido como superestrutura social dada, à qual os indivíduos e as famílias se adaptam ou não. Temos também uma homogeneização da subjetividade, que passa a ter uma ordem e uma forma de expressão natural ou anormal.

O campo do social será o que lida, ao mesmo tempo, com aqueles que não se adaptaram à realidade social como ela é: seja porque não trabalham, ou trabalham precariamente, e não se inserem nos espaços “produtivos”, seja porque não têm uma configuração subjetiva dita normal. É preciso então consertar, adaptar as vidas privadas e sociais, os indivíduos, as famílias e as populações às formas corretas e verdadeiras da vida pública e privada. Um pouco como um ato civilizatório, como se nessas regiões geográficas, sociais e subjetivas onde a miséria reside não houvesse chegado a civilização. Ou seja, a forma mais correta de se viver. Os campos de atuação sobre o indivíduo e sobre o social estarão, doravante, sempre relacionados de alguma forma com a problemática da adaptação/desadaptação (SILVA, 2005; DONZELOT, 1980; CASTEL, 1998).

E não podemos identificar, nas atuais práticas de assistência social, sentidos que se assemelham a uma espécie de ação civilizatória aos bárbaros? Um “quê” de salvação? À psicologia e à psiquiatria foram encaminhados os desadaptados. Aos saberes psi se pedia uma correção de rota. De modo que a psicologia, ao buscar uma mudança de comportamento, de atitudes, ao se ocupar dos desadaptados, ao auxiliar a psiquiatria na categorização das perversões, das deficiências mentais, buscando uma correção, se alia a um sistema de objetificação da miséria. Sistema que gesta as políticas sociais, que por sua vez reforça,



técnica, política e cientificamente, a privatização pelos riscos sociais: “trata-se de uma individualização da política social, uma individualização pela política social em vez de ser essa coletivização e essa socialização por e na política social” (FOUCAULT, 2008, p. 197-198).

No cerne mesmo da constituição da psicologia como ciência, está a episteme moderna, que, nos mais diversos sentidos, opera por meio das cisões entitárias:<sup>6</sup> teoria/prática, indivíduo/sociedade, corpo/alma, subjetivo/biológico, centro/margem, eu/mundo. Ou seja, criam-se as categorias que, nessa visão de mundo, são como entidades separadas e já dadas. Neste sentido muito moderno, a existência “é”. E apenas é ou não é. O ente, o ser, antecederia a relação e a realidade seria uma verdade que já está ali, com leis de funcionamento e sentidos intrínsecos. Neste sentido, o subjetivo, o político e a dinâmica social seriam partes da realidade que se dão de maneira separada ou, no máximo, em interação: já existem para entrar em relação e não se constituem na relação.

A psicologia, nesse contexto, como muito bem define Regina Benevides de Barros (informação verbal),<sup>7</sup> se sustentou em uma política de separação entre macro e micropolítica. O discurso sobre “o sujeito” veio acompanhado de um processo de “despolítica” dessas mesmas práticas: ou seja, uma política que não se considera política, que não considera que seus objetos e sua maneira de construí-los se fazem em meio a relações históricas de poder. No mesmo movimento em que o sujeito foi tomado como centro, operou-se uma dicotomização com o “social”, que se acredita circundá-lo. Temos assim, segundo Benevides, duas realidades (interna/externa) em constante articulação, mas sempre duas realidades dadas a serem olhadas com seus específicos instrumentos de análise. Como consequência, temos o paradigma de que ciência e política são duas esferas separadas e de que as práticas psi, ao se encarregarem do “sujeito”, não devem tratar de questões políticas. O desejo seria como

6 Entitário se refere a ente. Cisão entitária é um modo de perceber e organizar a realidade por meio da criação de entidades, como se as formações da realidade (indivíduos, grupos, funcionamento social) fossem realidades já dadas e autodeterminadas, ou seja, preexistentes e causas da relação. Com esse termo, queremos marcar que, se temos entes, seres, formas, elas não são primeiras, mas sim sempre efeitos de relações.

7 Informação fornecida por Regina Benevides de Barros na exposição “Psicologia e saúde nas políticas públicas: estratégias e esferas de ação” durante o V Fórum Social Mundial, ocorrido em Porto Alegre, em 2005.

da ordem do individual, ou como questão do sujeito e a política, como da ordem do social, ou como questão da sociedade. As práticas psi passam a se ocupar de sujeitos abstratos, abstraídos/alienados de seu contexto, e tomam suas expressões existenciais como produtos/dados a serem reconhecidos em universais apriorísticos. A clínica se separou da política, e a psicologia se colocou à margem de um debate sobre as dinâmicas sociais. A tradição da psicologia cuja história, datada do final do século XIX, atrela-se ora a uma perspectiva objetivo-positivista, ora a uma perspectiva interno-subjetivista.

A consequência da cisão do olhar moderno é justamente essencializar, individualizar a questão da miséria e, ao mesmo tempo, ao criar as categorias, totalizar a realidade de pessoas concretas com as quais construímos o trabalho. De modo que, ao operar tal cisão, ao tomar como natural o estado de coisas como são, cabe às políticas sociais e à psicologia apenas incluir aqueles com os quais trabalha na sociedade, entendida na forma natural, como é. E a psicologia foi, ao longo da história, um saber que corrobora a naturalização da realidade, tendo o papel de identificar a diferença como anormalidade, e devendo, se possível, normalizá-la. E isso retira a atribuição política da ação da assistência, bem como a política empregada pelas práticas psi.

### *Derivações no Brasil*

Acima, quisemos apenas identificar um grupo de linhas que compõem o campo da assistência social. Não queremos totalizar também (não precisamos de mais totalizações) o que são os dispositivos e as práticas da assistência social hoje. Um dispositivo sempre tem uma parte da história, uma parte que são suas linhas de formação, que são a continuidade de dispositivos anteriores. Peças deixadas e usadas para remontar. Um dispositivo é um conjunto heterogêneo de linhas (DELEUZE, 1989), que cria e é criado pela realidade. Ele dispõe a realidade de tal ou qual maneira, criando seus objetos, enunciados, maneiras de ver e práticas. Se, como diz Deleuze (1989) lendo Foucault, os dispositivos têm uma parte que é histórica, que fazem parte do estrato do dispositivo, ele também sempre tem um grupo de linhas que o compõem que são de criação, de atualização constante, o que faz com que cada dispositivo esteja sempre em processo de mutação, de atualização: seja em uma categoria

mais geral, como dispositivo da política de assistência social, seja mais específico, como um serviço da política, uma prática psi dentro do dispositivo. Ou seja, o dispositivo varia a cada vez e em cada local diferente que funciona. De modo que, se falamos o dispositivo da política social, da psicologia, de um serviço de abordagem de rua, estamos inevitavelmente fazendo, em maior ou menor grau, generalizações. O dispositivo, ao funcionar, sempre muda. Cabe acompanharmos sua atualização em cada território, a cada momento.

E podemos dizer que, no que tange à conexão assistência social e psicologia no Brasil, temos outros elementos mais locais, que trazem para o campo do trabalho social outras composições em nosso país. Vamos ainda abordar a parte histórica dos dispositivos da assistência social e da psicologia, mas, agora, em algumas mudanças que identificamos no Brasil. Linhas que dizem respeito a uma história ainda muito recente, que passaram a se constituir a partir do final da década de 1970.

Falamos de um primeiro grupo de linhas que compõem a política social no mundo moderno, principalmente a partir de um pensamento contracultural, que tem em Foucault um arauto importante. Tal pensamento nasce nos anos 1960, em uma atitude de recusa à cultura, às instituições estabelecidas, e nasce em diferentes lugares na Europa e nos Estados Unidos. Ele está em sintonia com uma série de movimentos e transformações na sociedade ocidental, que têm no maio de 1968 uma forte expressão. Nesse movimento disperso, tratava-se de desnaturalizar o estabelecido, de recusar o que era tido como realidade estabelecida: a grande recusa como é conhecido o maio de 1968.

Pensamento este que, no Brasil, teve que se ver com a fragilidade das instituições democráticas, em um contexto de autoritarismo de Estado, marcado sobretudo por individualização, privatização, despolitização, centralização e hierarquização. Perante esse contexto, esse pensamento estrangeiro se articulou ao anseio da sociedade brasileira pela redemocratização, pela democratização institucional, por uma atenção às condições concretas das experiências das pessoas no país. Temos então uma recusa ao estabelecido, mas também uma necessidade vital de construir outra realidade social.

O motor das lutas na década de 1970 eram as condições concretas de vida que se encontravam dilapidadas pelo modelo econômico vigente. Apoiando-se

nas comunidades eclesiais de base e em experiências comunitárias, esses movimentos reivindicavam serviços públicos de educação, saúde, políticas de habitação e transporte. As lutas por saúde e por educação para todos encontravam-se pulverizadas nas reivindicações que diziam respeito ao exercício da cidadania. Não eram, portanto, lutas de propriedade de um determinado grupo, nem se apresentavam com o mesmo conteúdo. A construção de uma escola acionava outras batalhas, por exemplo, a movimentação por sua manutenção e pela interferência nos modos de geri-la, a pavimentação das ruas, o saneamento do bairro, a melhoria na segurança etc. Movimentos que questionaram a tradição clientelista-populista que demarca as relações do Estado brasileiro com a população pauperizada. As demandas que apresentaram não eram mais compreendidas por esses grupos como a solicitação de um favor, mas como ocasião e meio de expressão de confronto por direitos que o Estado deveria respeitar e fazer cumprir (MONTEIRO; COIMBRA; MENDONÇA FILHO, 2006; HECKERT, 2004).

Podemos hoje dizer que esses embates situaram-se no cerne de uma questão crucial no Brasil até os dias atuais: o alargamento da acepção do que é considerado público e os debates em torno dessa questão. Essas lutas ampliaram-se para uma compreensão de que a participação da sociedade civil não devia estar limitada às fronteiras estabelecidas pelo Estado, ou aos outros canais institucionalizados, como os sindicatos e os partidos políticos. Tornar públicos esses serviços requeria a participação das pessoas na elaboração, na implementação e na fiscalização das políticas públicas, bem como na autonomia para gerir esses serviços de acordo com princípios a serem criados coletivamente.

No Brasil, pós década de 1980, destaca-se a construção dos sistemas nacionais, como os de saúde, primeiramente, em meados da década de 1990 e, posteriormente, de assistência social, em meados da década de 2000, a partir da expansão de burocracias públicas descentralizadas e unificadas, com a participação inédita dos três níveis de governo e com importante componente de participação e controle social. Do ponto de vista da concepção da questão social, podemos identificar mudanças em relação a políticas anteriores, em especial nos elementos que Lobato (2009) denomina de *constitucionalização* (incorporação da noção de direito), *abrangência* (publicização e incorporação

na agenda pública) e *ampliação* (reconhecimento da produção social e inter-relação dos problemas sociais). Monteiro, Coimbra e Mendonça Filho (2006) afirmam que os movimentos que deram origem à instituição de uma série de políticas na Constituição de 1988 (como o Sistema Único de Assistência Social – Suas) passaram a enfatizar o cotidiano, “uma dimensão microfísica da política”, ao buscar uma certa aproximação com o cotidiano das populações, ali onde não são grupos objetificados em análises neutras e pretensamente apolíticas, mas ali onde elas se configuram como comunidades, coletivos.

Nesse contexto, formam-se, a partir da aproximação com as realidades vividas pelos sujeitos e coletivos, pensamentos e práticas críticas às ciências humanas e sociais, às políticas sociais. Tais pensamentos e práticas ganharam várias expressões: na saúde, isso se desdobra nos movimentos da reforma sanitária e psiquiátrica, na construção do campo da saúde coletiva; na educação, a construção de um saber relacional, mais para um *ethos* do que para uma técnica, em que temos a importante presença de Paulo Freire. Expressões das quais o Sistema Único de Assistência Social é herdeiro. O Suas veio no sentido de afirmar o provimento de necessidades básicas como um direito e não como favor, caridade ou benesse. Uma mudança nos sentidos que o trabalho social tinha nos tempos precedentes. Nesse contexto como um todo, a questão era mudar a relação com os objetos de intervenção, era recriar o Brasil, sendo ao mesmo tempo necessário recriar a si próprio. Muitos campos de práticas assim o fizeram, e a psicologia não fugiu disso.

A partir da década de 1970, a psicologia começa também a questionar e a repensar sua prática. As aproximações com o marxismo, com o movimento institucionalista advindo do maio de 1968 começam a dar cada vez mais subsídios para questionar uma formação psi fortemente marcada por uma clínica privada que desconsiderava as questões políticas envolvidas nas décadas de 1960 e 1970, como questões do sujeito e do desejo. Passa a ficar evidente que, na formação do psicólogo, como mostra Ferreira Neto (2004), era impossível voltar-se unicamente à clínica, que ignorava completamente o que acontecia no contexto brasileiro, principalmente, uma certa parcela significativa da sociedade brasileira: as populações marginais.

A psicologia passa a frequentar as comunidades marginalizadas, por meio da psicologia sócio-histórica e da psicologia comunitária. Ao encontrar-se com

essa margem, era impossível não colocar em questão a função social da psicologia. Primeiramente, passa-se a pensar que ela deveria assumir um certo compromisso social e, mais profundamente, que ela deveria passar a colocar em análise a si própria: qual a relação entre a formação e a prática psi e o sistema autoritário então vigente? Por que nas grades curriculares se dava tanto espaço para certos estudos, por exemplo, limiar da dor? A psicologia passa a ter a oportunidade de se defrontar com a política despolitizante, privatizante que operava, com seu trabalho nos manicômios, sua clínica direcionada a uma elite que prosperava na ditadura. Mais do que isso, certos psicólogos passaram a questionar seu método, seu objeto a si mesmo. Era necessária uma outra concepção de subjetividade e de política, como veremos.

Se, historicamente, as práticas psi pouco se relacionaram com as práticas concretas nas políticas públicas, na década de 1980, com toda a efervescência política vivida no processo da Constituinte, isso passa a não ser mais possível. Muito embora seja bem mais recentemente que o tema psicologia e políticas públicas é trabalhado nos cursos de graduação, na realidade os psicólogos passaram a adentrar nos trabalhos comunitários e nas políticas públicas. Isso gerou, ao mesmo tempo, práticas absolutamente mal situadas e equivocadas, ao realizarem uma transposição da clínica privada para esses novos campos, mas também todo um campo novo de experimentação, para o qual era preciso produzir referências.

O movimento institucionalista<sup>8</sup> passa a ter um papel muito importante na redefinição de um objeto da psicologia por meio da reforma psiquiátrica brasileira: questionamentos dos centralismos da ciência, dos *experts*, da neutralidade na pesquisa. Podemos dizer que o objeto da psicologia veio se transformando a partir dos desafios encontrados na relação direta com as políticas públicas: o “si”, a subjetividade que o racionalismo moderno definia como realidade individual, familiar e privada passa a ser entendido como um processo também social e coletivo. O “si” do sujeito seria justamente o ponto, ao mesmo tempo, coletivo e singular de produção de sujeito e de mundo, em que

---

8 Estamos reunindo, sob um mesmo nome, teorias e práticas diferentes, mas que comungam do espírito de recusa do estabelecido que ocorreu nas décadas de 1950 e 1960 na Europa, como a psicoterapia institucional, a análise institucional, a psiquiatria democrática italiana, chegando até a antipsiquiatria inglesa.

as dimensões individual e social se coengendram, se fazem mútua e simultaneamente. O processo de subjetivação é relacional entre diversos elementos, não só individuais e familiares, mas institucionais, econômicos, sociais, históricos e políticos. O sujeito, como o vemos, é apenas uma imagem de um processo maior que ele mesmo, que sua família, e é preciso chegar a esse processo que o constitui.

### *Outro sentido de público: por outras possibilidades nas práticas em assistência social*

As lutas pelo público, contra privatização, centralização e autoritarismo, lutas que vieram do cotidiano das experiências de sujeitos e coletivos concretos fizeram desviar estruturas das políticas sociais e das ciências humanas. Não que mudanças estejam consolidadas. No contemporâneo, momento presente sempre nebuloso para nós, vemos insistir uma série de práticas muito antigas, um sentido retrógrado nas políticas sociais. Contudo, podemos dizer que as décadas de 1970/80, e o que daí se seguiu, acrescentam outros elementos às nossas disputas. Sim, o campo da assistência social como política pública é um campo de disputa. Seu sentido, seus efeitos não estão dados. Mesmo que, em termos de lei, algumas diretrizes estejam postas, a maneira de efetivar isso concretamente na vida das pessoas pode se dar em sentidos muito diversos e completamente incompatíveis.

Por isso, entendemos que é fundamental criar um entendimento das linhas que compõem esses campos e, com isso, disputar o sentido das práticas. Quisemos mostrar que há um campo possível nas práticas em psi e em assistência social que dizem respeito a experiências brasileiras muito recentes. Esse outro possível não comparece como esperança, projeção no futuro, idealização. Embora dependa de uma espécie de utopia, ele já acontece, muitas vezes, silenciosamente e também vigorosamente em muitas práticas.

Perante a potencialidade de uma política como a assistência social efetivar-se como mera esmola, mera contenção da revolta dos marginalizados, ante a potencialidade da psicologia ser apenas um operador do silenciamento

das crises sociais, entendemos que, neste campo, é preciso afirmar a necessidade de uma insurgência. Insurgência que seja estratégica, que também busque garantir mínimos sociais, mas que não se contente com isso. Que possa fazer surgir de dentro de nossa desolante paisagem social outras maneiras de dispor e viver a vida em sociedade. Entendemos que, para isso, é preciso afirmar o campo da política pública de assistência social e a prática da psicologia em certos sentidos.

A política social, para não se firmar como mera serviçal do sistema econômico, precisa ser uma política pública: para o público, no público e a partir do público. Nas políticas públicas, não está garantido, e na grande maioria das vezes não comparece, o caráter público da política. Há uma apropriação que queremos fazer do termo *público*, afirmando que há um caráter público, um teor, um grau público da política. Mendonça Filho (2008) nos fala do *público* como um centro de autoridade não específica e não localizada, uma dimensão a ser ocupada por todos, que remete às condições de articulação dos interesses de uma comunidade política. Esse público seria, ao mesmo tempo, interno e externo a todos, refutando a ideia de público como o “social”. O público diz respeito a todos, não no sentido de abranger um universal, mas no de algo que diz respeito a qualquer um, de modo que possa congrega as singularidades dos existentes. A implicação dessa caracterização de público é que, por política pública, vamos entender algo diferente das políticas de Estado e das políticas de governo.

Política de Estado diria respeito ao texto constitucional. Ela tem a maior estabilidade, pois todas as equipes de governo que assumem o Estado devem executá-la de alguma maneira. Contudo, ao mesmo tempo que é mais estável, também é muito abstrata: como executar o direito a convivência comunitária? Como tornar isso experiência concreta de alguém? A política de governo<sup>9</sup> são os programas e projetos de cada equipe de governo, que se reveza em até quatro anos. Esse tipo de política é menos estável e diz respeito a como cada equipe de governo vai tentar fazer valer a política de Estado. A ela estão mesclados os interesses dos grupos que sustentam cada equipe de governo.

---

9 Governo aqui se refere à equipe de governo que se reveza de quatro em quatro anos na gestão de um Estado, e não ao sentido mais amplo de governo do qual fala Foucault, ao qual já nos referimos aqui.



Um exemplo de política de governo são os projetos marcas de gestão, como o Programa Bolsa Família. Contudo, a política efetivamente pública está além do aparelho estatal e de cada direção de um governo, partido ou grupo de interesse. Ela é a maneira como essas políticas de Estado e governo chegam à experiência concreta dos sujeitos e dos coletivos com os quais se relacionam. De modo que essa é a política mais instável, pois não depende apenas de uma boa lei ou um bom projeto. Ela precisa funcionar, na prática, para pessoas que existem. Ou seja, acionar efeitos do que podemos chamar de cuidado, ou efeitos que estejam a serviço das necessidades, ensejos e possibilidades das pessoas para as quais elas pretensamente se destinariam. É por uma afirmação do público que é preciso, como dizem Barros e Passos (2005) fazer uma reversão no sentido das políticas. Classicamente, temos a direção de construção de uma política pública na seguinte série: da política de governo à política de Estado, construindo finalmente uma política pública. As equipes de governo direcionam, de determinada forma, suas ações, se utilizando da política de Estado e fazendo com que cheguem aos usuários certos programas e projetos que, muitas vezes, não atendem às necessidades do público. A reversão trata de fazer um sentido ascendente, ao invés de descendente: a política precisa partir do público, estar a serviço das experiências concretas dos coletivos para os quais as políticas são feitas.

O governo biopolítico engloba os Estados contemporâneos, fazendo com que se produza, no Estado, um sentido de projetos de governo, que produzem, assim, certas práticas, maneiras de operar as políticas de Estado que, em associação com o capitalismo, geralmente dificultam a construção desse caráter público. O Estado, assim, seria um corpo no qual encarna tal modo de governo biopolítico, fazendo dele uma máquina que tende a absorver as linhas de poder expressando-as como programas, projetos, instâncias, procedimentos burocráticos etc. (BARROS; PASSOS, 2005). Com a reversão do sentido das políticas, pretende-se colocar a política do Estado e de governo a serviço de uma política do/no/para o público. Reversão que quer efetivar o caráter instituinte dos coletivos na relação com as políticas sociais. É a partir da atenção, do cuidado com a experiência concreta dos usuários, que se pode produzir outras políticas que possam transformar as dinâmicas sociais; tomar o que surge para criar outras instituições, relações e paisagens sociais.

Falando-se em termos mais concretos, a intervenção se torna válida não como simples processo de adaptação do usuário do Suas à sociedade, mas

como construir, na relação, lugares inéditos e possíveis. O que vai exigir outros princípios e outro método na prática psi. Regina Benevides de Barros (informação verbal)<sup>10</sup> coloca alguns princípios: (i) a não separação entre macro e micropolítica, ou seja, entre desejo, sujeito e sociedade, em que a subjetividade não é uma dimensão privada da realidade, mas, ao contrário, é o espaço de relação, o plano comum entre indivíduo e sociedade, princípio da inseparabilidade entre individual e social, singular e coletivo, modos de cuidar e modos de gerir; a macro e a micropolítica; (ii) princípio da autonomia e da corresponsabilidade, em que é impossível se pensar em práticas dos psicólogos que não estejam imediatamente comprometidas com o mundo que vivemos; (iii) princípio da transversalidade, no qual é entre os saberes que a invenção acontece. É no limite do que pode e de até onde alcança tal ou qual saber que se chega à experiência concreta dos sujeitos e coletivos. Caso contrário, se ficamos somente no campo psicológico, não fazemos se não construir teorias que abstraem a experiência dos sujeitos e coletivos, que está sempre escapando da racionalidade científica. Para Barros (informação verbal),<sup>11</sup> a contribuição da psicologia para as políticas públicas reside justamente no entrecruzamento do exercício desses três princípios.

Mas esses princípios precisam ser operados, precisam, imediatamente, ser ação política nos processos de constituição da sociedade e dos sujeitos. E isso, no entendimento de Barros, se faz por métodos de coletivização: construção de redes, de grupalidades, de responsabilização dos mais variados atores sociais. Podemos dizer, por uma certa contaminação dos dispositivos das políticas com as realidades com as quais atuam: praticar menos o ensinar virtudes e mais o escutar e acompanhar. Para esta parte da discussão, não temos mais tempo e espaço. O que quisemos marcar aqui é que, na atuação psi dentro das políticas de assistência, é preciso analisar, e uma análise que começa por si: que instituições a psicologia naturaliza? Na assistência social o que é viver junto? Como podemos evidenciar que, na verdade, a relação é que constrói nossas paisagens sociais, que um recorte de uma realidade formada depende de outro? Como podemos evidenciar que política econômica e política social

---

10 Informação fornecida por Regina Benevides de Barros na exposição “Psicologia e saúde nas políticas públicas: estratégias e esferas de ação” durante o V Fórum Social Mundial, ocorrido em Porto Alegre, em 2005.

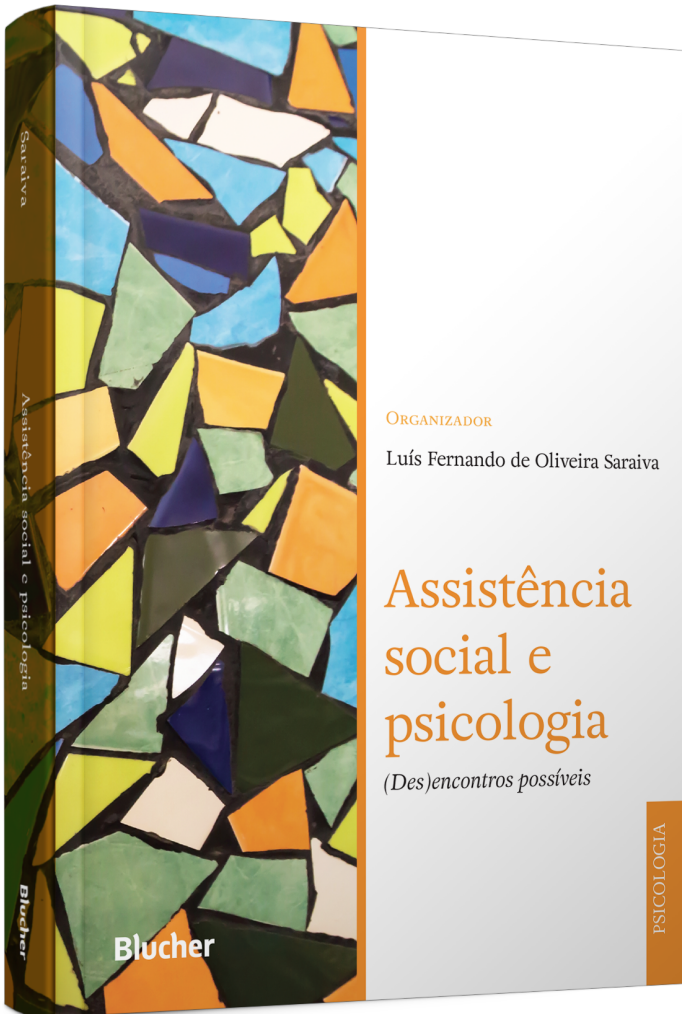
11 Idem.

se coproduzem, não sendo possível modificar uma sem que a outra seja também alterada? A pergunta que sempre permanece em aberto é a que deve ser atualizada em cada experiência coletiva que tem como paisagem uma política de assistência social: como nossas práticas podem construir condições para a efetivação da assistência como política pública? E ela se mantém em aberto justamente porque a política efetivamente pública está aberta ao público, ao plano da relação, não podendo ser definida e conformada antes desta.

## Referências

- BARROS, R. B.; PASSOS, E. A humanização como dimensão pública das políticas de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 561-571, 2005.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DELEUZE, G. Qu'est-ce qu'un dispositif? In: *Michel Foucault philosophe: rencontres internationales*, Paris, 1988. Paris: Seuil, 1989.
- DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- FERREIRA NETO, J. L. *A formação do psicólogo: clínica, social e mercado*. São Paulo: Escuta, 2004.
- FOUCAULT, M. Governamentalidade. In: MACHADO, R. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- \_\_\_\_\_. *História da sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins fontes, 2008.
- FRAYSE-PEREIRA, J. *O que é loucura*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- HERCKERT, A. *Narrativas de resistência: educação e políticas*. 2004. 298 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.
- LOBATO, L. V. C. Dilemas da institucionalização de políticas sociais em vinte anos da Constituição de 1988. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro,

- v. 14, n. 3, p. 721-730, jun. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232009000300008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000300008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 27 jan. 2016.
- LOBO, L. *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.
- MACERATA, I. *Como bruxos maneando ferozes: relações de cuidado e controle no fio da navalha: análise de um dispositivo da política pública para crianças e adolescentes em situação de rua*. 2010. 200 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- MACERATA, I. *Traços de uma clínica de território: intervenção clínico-política na atenção básica em saúde para a rua*. 2015. 252 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- MACERATA, I.; DIAS, R.; PASSOS, E. Paradigma da guerra às drogas, políticas de ordem e experiências de cuidado na cidade dos mega-eventos. In: LOPES, L. E; BATISTA, V. M. (Org.). *Atendendo na guerra: dilemas médicos e jurídicos sobre o “crack”*. Rio de Janeiro: Revan, 2014.
- MENDONÇA FILHO, M. Análise coletiva das implicações: ferramenta de desmonte da interioridade unificada do “si mesmo”. In: ESCÓSSIA, L.; CUNHA, E. (Org.). *A psicologia entre indivíduo e sociedade*. São Cristóvão: Editora UFS, 2008.
- MONTEIRO, A.; COIMBRA, C.; MENDONÇA FILHO, M. Estado democrático de direito e políticas públicas: estatal é necessariamente público? *Revista Psicologia & Sociedade*, v. 18, n. 2, p. 7-12, maio/ago. 2006.
- SILVA, R. N. *A invenção da psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2005.



Clique aqui e:

[Veja na loja](#)

# Assistência Social e Psicologia (Des)encontros Possíveis

**Luís Fernando de Oliveira Saraiva**

ISBN: 9788521211662

Páginas: 200

Formato: 16 x 23 cm

Ano de Publicação: 2017